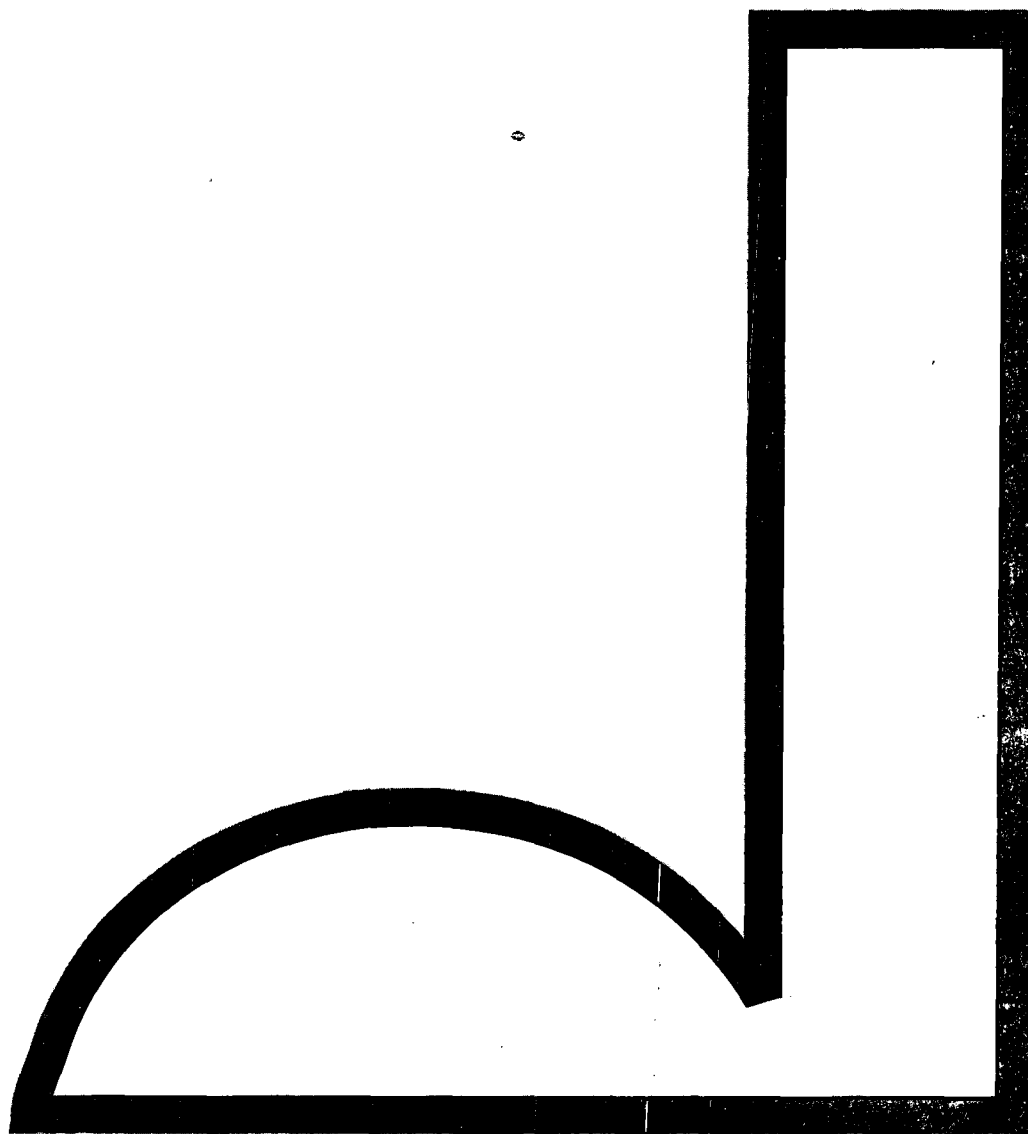


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i></p> <p>2ª Vice - Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1ª Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos (1) <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores (2) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Elcio Alvares - PFL - ES</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Vilson Kleinübing - PFL - SC</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos (3)</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvam Borges</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder <i>Sergio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Pêres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder <i>Epitácio Cafetiera</i> Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Esperidião Amin</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder <i>Odacir Soares</i></p> <p>Atualizada em 24-06-98</p>

(1) Reeleitos em 02-04-97.

(2) Designação: 16 e 23-11-95.

(3) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedross</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carneiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 103ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1998

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 708, de 1998-CN (nº 1.237/98, na origem), de 22 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 48, de 1998-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor da Caixa Econômica Federal – CEF e da COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiros S.A., crédito suplementar até o limite de R\$469.874.679,00, para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 14568

Nº 709, de 1998-CN (nº 1.238/98, na origem), de 22 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 49, de 1998-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito especial até o limite de R\$600.000,00, para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 14572

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Estabelecimento de calendário e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 48 e 49, de 1998-CN, constantes de mensagens presidenciais lidas anteriormente. 14574

Lembrando ao Plenário que as homenagens à memória do Senador Vilson Kleinübing serão realizadas na sessão de amanhã. 14574

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL – Indagações à Presidência sobre a pauta prevista

para o próximo dia 28, por se tratar de ponto facultativo. 14574

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Resposta ao Senador Bernardo Cabral. 14574

1.2.4 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR JOÃO ROCHA – Análise da crise financeira mundial. Necessidade da criação de mecanismos de controle sobre os capitais especulativos de curto prazo. 14574

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 14577

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.813, de 1998, referente aos servidores Raimundo Pontes Cunha Neto e Virgínia Inês Abadio Pompeu. 14578

Nº 1.814, de 1998, referente ao servidor Ozailde Vieira Barros. 14579

Nº 1.815, de 1998, referente à servidora Maria Ignez Cavalcanti de Souza. 14580

Nº 1.816, de 1998, referente ao servidor Carlos César Soares da Silva. 14581

Nº 1.817, de 1998, referente à servidora Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos. 14582

3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 103ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de outubro de 1998

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura
Presidência do Sr. Lúdio Coelho

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 708, DE 1998 – CN.
(Nº 1.237/98, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento de Investimento, em favor da Caixa Econômica Federal – CEF e da COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiros S.A., crédito suplementar até o limite de R\$469.874.679,00, para os fins que especifica".

Brasília, 22 de outubro de 1998. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 251/MPO

Brasília, 22 de outubro de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência, em atendimento ao prescrito no art. 167, inciso V, da Constituição, com parecer favorável deste ministério, o anexo Projeto de Lei que abre ao Orçamento de Investimento crédito suplementar até o limite de R\$469.874.679,00 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e seiscentos e setenta e nove reais), em favor da Caixa Econômica Federal – CEF e da COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiro S.A. com a finalidade de reforçar as respectivas dotações orçamentárias

aprovadas pela Lei nº 9.598, de 30 de dezembro de 1997.

2. A suplementação proposta pela Caixa Econômica Federal, no valor de R\$469.505.860,00, tem por objetivo dotar sua rede de dependência no País de instalações modernas, inclusive no que se refere a equipamentos de informática, notadamente ampliação do parque de auto-atendimento (cash dispenser), com vistas a propiciar melhor atendimento à clientela. Os R\$368.819,00 propostos pela Cobra objetivam adequar seu cronograma de desembolsos no corrente exercício.

3. São essas as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento de Investimento das mencionadas empresas, para os fins que especifica.

Respeitosamente, – **Paulo Paiva**, Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 251/MPO, DE 22-10-1998

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Suplementação a subprojetos constantes da Lei Orçamentária de 1998 (Lei nº 9.598, de 30-12-97), no valor de até R\$469.874.679,00, em favor da Caixa Econômica Federal – CEF e da COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:
Projeto de Lei que abre crédito suplementar.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é a única solução para a situação.

4. Custos:

Os recursos necessários à cobertura dos gastos com a suplementação aos diversos subprojetos são de geração das próprias empresas.

5. Razões que justifiquem a urgência:

Possibilitar às empresas a regularização dos seus cronogramas de desembolsos.

6. Impacto sobre o meio ambiente:

O Relatório de Impacto sobre o meio ambiente foi elaborado por ocasião da implantação dos subprojetos.

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

A Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento e Orçamento manifestou-se favoravelmente.

PROJETO DE LEI Nº 48, DE 1998-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, em favor da Caixa Econômica Federal – CEF e da COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiros S.A., crédito suplementar até o limite de R\$469.874.679,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento, aprovado pela Lei nº 9.598, de 30 de dezembro de 1997, crédito suplementar até o limite de R\$469.874.679,00 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e seiscentos e setenta e nove reais), em favor da Caixa Econômica Federal – CEF e da COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiros S.A., para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são de geração das próprias empresas e de cancelamento de outros subprojetos, conforme indicado nos Anexos II e III desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO I	INVESTIMENTO
ANEXO		SUPLEMENTAÇÃO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
	MINISTERIO DA FAZENDA	469.874.679
	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	469.605.860
25220.110640362.5705	AMPLIAÇÃO DA REDE DE DEPENDENCIAS	19.505.860
25220.110640362.5705.0008	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	130.000
25220.110640362.5705.0015	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO	100.000
25220.110640362.5705.0017	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	8.922.000
25220.110640362.5705.0019	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	100.000
25220.110640362.5705.0023	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO	10.253.860
25220.110640362.5706	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA AÇÃO ADMINISTRATIVO/OPERACIONAL	450.000.000
25220.110640362.5706.0001	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO ACRE	850.508
25220.110640362.5706.0002	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DE ALAGOAS	6.210.105
25220.110640362.5706.0003	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO AMAPA	407.635
25220.110640362.5706.0004	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO AMAZONAS	4.394.609
25220.110640362.5706.0005	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DA BAHIA	30.209.340
25220.110640362.5706.0006	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO CEARA	8.252.553
25220.110640362.5706.0007	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DE GOIAS	10.361.553
25220.110640362.5706.0008	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	14.950.722
25220.110640362.5706.0009	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO MATO GROSSO	4.201.939
25220.110640362.5706.0010	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	5.088.097
25220.110640362.5706.0011	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	52.030.696

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
25220.110640362.5706.0012	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO PARA	7.469.999
25220.110640362.5706.0013	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DA PARAIBA	5.205.412
25220.110640362.5706.0014	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO PARANA	44.814.616
25220.110640362.5706.0015	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO	15.552.800
25220.110640362.5706.0016	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO PIAUI	5.595.446
25220.110640362.5706.0017	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	42.906.266
25220.110640362.5706.0018	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	4.099.117
25220.110640362.5706.0019	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	38.180.929
25220.110640362.5706.0020	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DE RONDONIA	1.471.684
25220.110640362.5706.0021	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DE RORAIMA	513.482
25220.110640362.5706.0022	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	16.859.218
25220.110640362.5706.0023	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DE SAO PAULO	96.862.538
25220.110640362.5706.0024	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DE SERGIPE	3.559.342
25220.110640362.5706.0025	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DE TOCANTINS	2.005.419
25220.110640362.5706.0026	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO MARANHÃO	6.586.844
25220.110640362.5706.0027	MODERNIZAR E ADEQUAR DEPENDENCIAS NO DISTRITO FEDERAL	20.949.131
	COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S/A	368.819
25230.110630353.6052	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	368.819
25230.110630353.6052.0001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	368.819
TOTAL		469.874.679

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO II	INVESTIMENTO
ANEXO		CANCELAMENTO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
	MINISTERIO DA FAZENDA	19.505.860
	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	19.505.860
25220.110640362.5705	AMPLIAÇÃO DA REDE DE DEPENDENCIAS	19.505.860
25220.110640362.5705.0001	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DO ACRE	20.000
25220.110640362.5705.0002	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DE ALAGOAS	205.000
25220.110640362.5705.0003	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DO AMAPA	11.860
25220.110640362.5705.0004	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DO AMAZONAS	1.200.000
25220.110640362.5705.0005	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DA BAHIA	1.300.000

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	V A L O R
25220.110640362.5705.0006	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DO CEARA	450.000
25220.110640362.5705.0009	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DO MATO GROSSO	400.000
25220.110640362.5705.0010	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	210.000
25220.110640362.5705.0011	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	7.000.000
25220.110640362.5705.0012	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DO PARA	260.000
25220.110640362.5705.0013	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DA PARAIBA	150.000
25220.110640362.5705.0016	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DO PIAUI	65.000
25220.110640362.5705.0018	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	296.000
25220.110640362.5705.0020	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DE RONDONIA	400.000
25220.110640362.5705.0021	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DE RORAIMA	20.000
25220.110640362.5705.0024	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DE SERGIPE	933.000
25220.110640362.5705.0025	INSTALAR DEPENDENCIA NO ESTADO DO TOCANTINS	20.000
25220.110640362.5705.0026	INSTALAR DEPENDENCIAS NO ESTADO DO MARANHÃO	1.300.000
25220.110640362.5705.0027	INSTALAR DEPENDENCIAS NO DISTRITO FEDERAL	5.265.000
T O T A L		19.605.860

ANEXO III

ANEXO

ACRESCIMO

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 25220 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

(R\$ 1,00)

E S P E C I F I C A Ç Ã O	V A L O R
RECURSOS PROPRIOS	450.000.000
TOTAL	450.000.000

ANEXO III

ANEXO

ACRESCIMO

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 25230 - COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S/A

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

(R\$ 1,00)

E S P E C I F I C A Ç Ã O	V A L O R
RECURSOS PROPRIOS	368.819
TOTAL	368.819

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 9.598, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1998.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 709, DE 1998-CN

(Nº 1.238/98, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito especial até o limite de R\$600.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 22 de outubro de 1998. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 253/MPO

Brasília, 22 de outubro de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Este Ministério do Planejamento e Orçamento encaminha solicitação de crédito especial até o limite de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), em favor da sua Administração direta.

2. O presente crédito destina-se ao desenvolvimento de ações preparatórias de projetos relacionados ao Programa de Saneamento para Populações em Áreas de Baixa Renda – PROSANEAR, e correrá à conta da incorporação de recursos relativos à doação do governo japonês, por meio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

3. O pleito em questão deverá ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, mediante projeto de lei, por se tratar de crédito especial, em face do atendimento de despesas para as quais não constam dotações consignadas na Lei Orçamentária, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Nessas condições, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa autorizar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Paulo Paiva**, Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento.

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE
MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Nº 253, DE 22 DE OUTUBRO DE 1998

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Ausência de previsão orçamentária para utilização de recursos relativos à doação do governo japonês, por meio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinados a ações preparatórias de projetos relacionados ao Programa de Saneamento para Populações em Áreas de Baixa Renda – PROSANEAR II.

2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito especial, objetivando a inclusão dessas dotações no Orçamento vigente.

3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:

Tecnicamente é a alternativa viável.

4. Custos:

R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) provenientes de recursos de doação oriundos do governo japonês, por intermédio do Bird.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:
Não há.

7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto atual	Texto proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 1998-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito especial até o limite de R\$600.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, de que trata a Lei nº 9.598, de 30 de dezembro de 1997, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento crédito especial até o limite de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), em favor do Mi-

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 9.598, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1998.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Do Expediente lido constam mensagens presidenciais encaminhado os Projetos de Lei nºs 48 e 49, de 1998-CN, que vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

até 31-10 publicação e distribuição de avulsos;
até 8-11 prazo final para apresentação de emendas;

até 13-11 publicação e distribuição de avulsos das emendas;

até 23-11 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Senador Ernandes Amorim. (Pausa.)

S. Exª declina da palavra.

A Presidência comunica aos Srs. Senadores que as homenagens devidas ao Senador Vilson Kleinübing serão prestadas na sessão de amanhã.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo perguntar a V. Exª, na Presidência da Mesa, se a pauta da sessão do dia 28, depois de amanhã, que será uma sessão deliberativa ordinária, está mantida. Explicito: em se tratando de um feriado e como a tradição nesta Casa tem sido sempre a de fazermos realizar a sessão, pergunto a V. Exª se a mesma está mantida, ainda porque o item 2 da pauta – um substitutivo da Câmara – trata de um projeto oriundo desta Casa, de autoria do Senador Nelson Carneiro, sendo Relator o Senador Josaphat Marinho, o qual

já me deu ciência de que, talvez, não esteja aqui presente, cabendo-me – sem o brilho, claro, com que S. Exª a faria – a defesa do seu parecer. Dessa maneira, gostaria apenas, a título de orientação, que V. Exª me informasse a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Se não houver decisão em contrário do Plenário, haverá sessão.

O Sr. Senador João Rocha enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. JOÃO ROCHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em que pese o tamanho e a importância de seu sistema produtivo, nosso País tem sido um pequeno barco navegando nas águas profundas e traiçoeiras da economia mundial. Cada marola que a economia mundial produz propaga-se até nós e ameaça-nos com o naufrágio. Foi assim com a crise da moratória mexicana em 1982, cujos efeitos, somados a más administrações internas, provocaram nossa própria inadimplência em 1987. Depois, no final de 1994, novamente crise cambial no México, à qual felizmente conseguimos resistir, seguida, em outubro do ano passado, de crise cambial no Sudeste Asiático, que agora recrudescce após a moratória da Rússia, atinge-nos e põe em perigo nossa moeda e a continuidade da política econômica que a sustenta.

O perigo de depender excessivamente de poupança externa para financiar nosso desenvolvimento, lamentavelmente, é uma lição que o Brasil parece não conseguir aprender, apesar dos fartos exemplos apresentados nesse sentido por nossa história recente. E quero deixar bem claro que não me alinho entre os nacionalistas à moda antiga que têm horror ao capital estrangeiro e querem fazer do Brasil uma autarquia, afastado da economia internacional e virado de costas para ela. Não, de forma alguma: os capitais estrangeiros devem ser utilizados e bem tratados por nós para que possam contribuir com nosso desenvolvimento, que, na ausência deles, se daria de forma mais lenta e mais custosa, para dizer o mínimo. Entretanto, temos de nos comportar com prudência e não nos deixar cegar por um aparente fácil e inesgotável fluxo de investimentos em nosso País, como ocorreu nos últimos anos.

Em discurso pronunciado desta tribuna, em maio de 1995, um ano e dois meses após a inauguração do Plano Real, discurso cujo tema principal era o risco representado pelo capital especulativo de curto prazo, eu defendia a adoção, no Brasil, de lei que exigisse permanência mínima de dois anos para qualquer investimento estrangeiro, a exemplo do que fazia o Chile. Nada foi feito, desde então, nesse sen-

tido, e agora estamos nós à mercê dos caprichos do capital volátil.

Felizmente, também agora, como resultado positivo da crise, começa a surgir um consenso entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento: o de que é necessário criarem-se mecanismos de alcance mundial que possam regulamentar os movimentos e as características dos investimentos em portfólio, de forma a torná-los menos voláteis, preservando, assim, a saúde da economia internacional. Como, aliás, já propunha o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em foros internacionais, no começo de 1995, logo após a crise mexicana. Faltou, todavia, a nosso Presidente, ter levado mais a sério suas próprias palavras e ter tomado medidas para preservar o País de uma eventual crise de liquidez surgida em outros mercados.

Senhor Presidente e Senhores Senadores:

A crise das bolsas de valores e a crise cambial, que, iniciadas na Tailândia e em Hong Kong em outubro do ano passado, espalharam-se pelo resto do país do Sudeste Asiático e pelo Japão, chegaram à Rússia e agora ameaçam varrer a América Latina põem termo a um período de afluência abundante de recursos para os mercados dos chamados países emergentes. O aumento dos investimentos privados estrangeiros nesses países foi algo espetacular na presente década. De acordo com dados do FMI, os fluxos líquidos de capital privado direcionados a países em desenvolvimento saltaram de uma média de apenas 18 bilhões de dólares ao ano, no período entre 1984 e 1989, para nada menos do que 131 bilhões de dólares ao ano, no período entre 1990 e 1996, um crescimento impressionante de 628% em termos nominais, ou de 452% em termos reais.

Esses capitais, de propriedade de residentes em países desenvolvidos, vieram dar nos países em desenvolvimento, basicamente atraídos pelas maiores taxas de juro praticadas neles, bem como pelo aumento considerável de preços das ações negociadas em suas bolsas de valores e pelas oportunidades que surgem a partir do movimento entre a cotação de moedas que taxas de juro mais oscilantes acabam por ocasionar. Em outras palavras, tais capitais representam investimento em portfólio cujo interesse maior é obter uma grande rentabilidade em curto espaço de tempo, diferenciando-se, assim, dos capitais direcionados a investimento direto, de maior permanência no país em que se alojam por terem um horizonte de lucratividade de médio ou de longo prazo.

Embora não haja dúvida de que os investimentos diretos são preferíveis ao de curto prazo mesmo esses últimos podem ser úteis ao país que os recebe, pois aumentam a liquidez das ações das empresas e financiam também gastos públicos importantes e eventuais déficits das Contas-Correntes do Balanço de Pagamentos, que, como se sabe, representam

a diferença entre bens e serviços vendidos pelo país ao exterior e bens e serviços adquiridos pelo país ao exterior. A única coisa que se reclama é comedimento na utilização desses capitais ariscos, além da adoção de políticos que minorem a grande desvantagem que têm, a de poderem deixar o país hospedeiro na velocidade de um raio, ao mais fraco sinal de incerteza. É justamente o que a proposta de permanência legal mínima de dois anos procurava atingir.

Lamentar fatos já ocorridos não se afigura atitude das mais profícuas. Quero, sim, olhar para a frente e buscar linhas de ação para nosso País. Com esse propósito, farei breve comentário sobre os fundamentos macroeconômicos de nossa economia, e então, sugerirei algumas medidas a serem tomadas, ao lado de outras que, em hipótese alguma, devem ser consideradas. Por fim, tocarei no assunto regulamentação do mercado financeiro mundial.

Qual a situação, hoje da economia brasileira? Em primeiro lugar, inflação totalmente controlada, apresentando os mais baixos índices em quase cinco décadas. O índice de inflação acumulada nos últimos doze meses encontra-se abaixo de 4% podendo chegar a 3% ou menos até o final do ano, a depender do efeito das medidas recessivas tomadas recentemente e da capacidade do Governo em manter o câmbio fixo.

Sustentando essa baixíssima taxa de inflação, temos uma política monetária apertadíssima, cuja taxa básica hoje está em 49,75% ao ano, após a elevação perpetrada, buscando a defesa da moeda nacional contra o ataque especulativo de que está sendo alvo. O segundo pilar da inflação baixa é uma taxa de câmbio valorizada de 1,18 reais por dólar. A sobrevalorização do real é estimada entre 15 e 25%.

Se há um grande malogro do Plano Real, que foi capaz de debelar a superinflação em que o Brasil vivia em estado crônico, este foi o da incapacidade de produzir taxas de juro civilizadas, a exemplo do que conseguiu em relação às taxas inflacionárias. Hoje há um consenso de que isso se deveu à frouxidão da política fiscal, ou seja, da incapacidade de manter os gastos públicos dentro dos limites estabelecidos pelo que o Estado, em seus três níveis de administração, aufere da sociedade na forma de impostos. Apesar dos aumentos de impostos havidos nestes quatro anos de Plano Real, o déficit público, muitíssimo em função das taxas de juro elevadas que incidem sobre a dívida pública, atingiu a cifra recorde de 7% do PIB, um péssimo resultado. Junte-se a isso um déficit de 4% do PIB nas Contas-Correntes do Balanço de Pagamentos, e temos um quadro exato da inconsistência da atual política econômica, se tudo permanecer como está.

Como consequência nefasta dessa conjuntura, — e em especial das elevadas taxas de juro necessárias para atrair os capitais estrangeiros, de modo a

financiar nosso déficit em Contas-Correntes, erigiu-se um poderoso obstáculo ao crescimento econômico, que deve ficar em torno de somente 1% este ano. Crescimento baixo, por sua vez, implicou aumento acelerado da taxa de desemprego, que, tendo sido de 4,8% em dezembro passado, já passa dos 8% da população economicamente ativa. E — é doloroso dizer — esses números tendem a piorar no próximo ano.

Senhor Presidente e Senhores Senadores:

Sem mais delongas, gostaria de passar a alguns dos pontos que julgo necessários para que o País consiga ultrapassar esta conjuntura desfavorável e trazer tempos melhores para a população.

Em primeiro lugar, o Governo deve resistir à tentação tanto de desvalorizar a moeda no curto prazo quanto de erigir controles à saída de capitais estrangeiros. Demonstram fatos exemplos de outros países que essas medidas, tomadas no meio de uma crise cambial, só fazem piorar a situação. Desvalorizações, mesmo pequenas, nesse contexto, saem facilmente do controle do país que as pratica, resultando desvalorizações muito maiores do que se pretendia no início, em função do pânico que causa entre os investidores e a população em geral. Quanto ao controle de saídas de capital, além de ineficaz, ocasiona a diminuição dos fluxos desses capitais ao País, uma vez normalizada a situação. De fato, quanto ao fluxo de capitais, como já disse, dever-se-ia ter controlado a entrada desses capitais, exigindo-se permanência mínima. Mas agora, neste contexto de crise, nada pode ser feito nesse sentido. Portanto, reitero que o Brasil deve manter-se firme na sustentação da taxa de câmbio até que o ataque especulativo se esgote. Não resta alternativa razoável ao País.

Em segundo lugar, o Governo deve encetar imediatamente negociação com seus parceiros do Mercosul com o objetivo de aumentar a tarifa externa comum. Esse aumento, ainda que moderado, como deve ser, viria ao encontro do interesse principalmente da Argentina, que tem o câmbio fixado por lei e sofre também de déficit nas Contas Correntes. Além do mais, o aumento da tarifa externa comum ajudaria a consolidar o Mercosul, fortalecendo o comércio intramercado, aproveitando o fato de que o congresso norte-americano acabou de rejeitar mais uma vez o **fast track**, o que significa dizer que a ofensiva dos Estados Unidos em favor da Alca ficará enfraquecida pelo menos nos próximos dois anos. Chamo atenção, porém, para o fato de que o aumento da tarifa externa comum não será possível caso o Brasil recorra a empréstimo do FMI, ficando obrigado a seguir o receituário daquela instituição, a qual sabe muito bem como defender os interesses dos exportadores norte-americanos, disfarçando-a de apego a princípios de livre mercado. Assim, o País somente deve recorrer ao FMI em último caso,

isto é, se nossas reservas chegarem a um ponto crítico, digamos, abaixo de 30 bilhões de dólares.

Em terceiro lugar, o Governo deve ser firme no corte de gastos, ainda que isso, no curto prazo, só piore as tendências recessivas da economia. Aqui também não há alternativa. Já repercutiram muito mal as promessas de controle de gastos que o Governo fez em novembro do ano passado, após o começo da crise do Sudeste Asiático, e não cumpriu. O Brasil perdeu a credibilidade e ficou com a imagem de país pouco sério. Temos de recuperar essa credibilidade, se quisermos normalizar as relações com a comunidade financeira internacional.

Em quarto lugar, temos todos — e aqui a maior parte do esforço cabe ao Congresso Nacional — de aprovar a reforma da Previdência, de começar a discutir a reforma fiscal — que, por sua complexidade, não deve ser aprovada a toque de caixa — e regulamentar a reforma administrativa, que já está aprovada. Essas são três frentes imprescindíveis para combater o déficit público e tirar o País da fragilidade em que se encontra. Muito teria a dizer a respeito dessas reformas, se já não fosse escasso o tempo de que disponho.

Para terminar este discurso, passo então à necessidade de que se criem mecanismos globais de controle sobre os capitais especulativos de curto prazo. Felizmente, o mundo acordou para essa necessidade. Esperemos que da reunião do G7 e da do FMI possa surgir algo de concreto para cumprir essa finalidade. O que não mais pode ocorrer é que a saúde da economia mundial fique à mercê da liberdade de movimento ilimitada outorgada a esses recursos.

Na verdade, uma regulamentação dos mercados financeiros que seja eficaz em nível mundial é tarefa bastante complexa e difícil. Isso, porque não existe um governo mundial que fosse capaz de implementá-la ao redor do globo terrestre. Em vez disso, o mundo é composto por nações independentes e soberanas. Portanto, ainda não se sabe o que fazer para diminuir a volatilidade nos mercados financeiros mundiais; apenas se está chegando a um consenso de que é preciso fazer algo, e urgentemente. Não resta dúvida, contudo, de que reconhecer a existência do problema é o primeiro passo para resolvê-lo.

Embora não se saiba ainda muito bem que forma pode tomar uma maior regulamentação dos mercados financeiros mundiais, parece certo que a solução passa por uma maior regulamentação dos fundos de investimentos de curto prazo. Já que tais fundos têm origem nos países desenvolvidos, a regulamentação e supervisão que a acompanha seriam levadas a efeito por esses países, em, digamos, ações coordenadas pelo G7.

A recente insolvência do fundo especulativo norte-americano **Long Term Capital Management**, que ameaçou balançar o sistema financeiro daquele enorme país e obrigou o **Federal Reserve** a intervir

e a coordenar um esforço de socorro ao fundo, demonstra muito bem que até as economias mais fortes são afetadas pelas apostas especulativas desmesuradas desses fundos sem regulamentação. Ora, esse fundo foi capaz de, a partir de uma base de apenas 2,2 bilhões de dólares em dinheiro de aplicadores, contrair empréstimos de 125 bilhões de dólares e, com esses recursos, fazer apostas de nada menos de 1,2 trilhão de dólares nos mercados financeiros mundiais. Repito: transformaram 2,2 bilhões em 1,2 trilhão, o que corresponde a um quinto do PIB norte-americano! Isso, um único fundo! Realmente não há sistema que resista a um tal grau de liberdade especulativa.

Como último parágrafo deste pronunciamento que se encerra aqui, gostaria de fazer uma citação e espero que os Nobres Senadores me perdoem a imodéstia de citar a mim mesmo. Este parágrafo retiro-o do discurso que mencionei ter feito em maio de 1995, a propósito dos capitais especulativos. Vossas Excelências hão de notar a atualidade que as palavras que vou proferir ainda mantêm.

Abro aspas.

"Continuamos a receber capitais sem nenhuma restrição, sem nenhuma regulamentação. Estamos trocando as facilidades que eles nos proporcionam, no curto prazo, em relação ao equilíbrio financeiro de nossas contas externas, por um futuro incerto. Em outras palavras, estamos jogando com a sorte. Melhor ainda: estamos sendo irresponsáveis!"

Fecho aspas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, lembrando às Sras. e Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15h30min

- 1 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 112, DE 1997

(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 1997, (nº 434/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Iguatemi FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável sob nº 398, de 1998, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

- 2 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 113, DE 1997

(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1997 (nº 435/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel-O.F.M. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Catalão, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 461, de 1998, da Comissão de Educação, Relator: Senador Iris Rezende.

- 3 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 121, DE 1997

(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 1997 (nº 459/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cambará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cambará, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 486, de 1998, da Comissão de Educação, Relator: Senador Nabor Júnior.

- 4 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 82, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1996 (nº 968/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos Municípios da Amazônia Legal e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 502, de 1998, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Carlos Bezerra, com abstenção do Senador José Eduardo Dutra.

- 5 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 103, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1996 (nº 1.667/96, na Casa de origem), que altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências, tendo

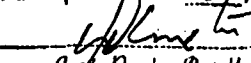
Parecer favorável, sob nº 503, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas.)

(OS 15667/98)

Publique-se em 23/10/98


José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPE3**ATOS DO DIRETOR-GERAL****ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.813, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores, RAIMUNDO PONTES CUNHA NETO, matrícula nº 3292, e VIRGÍNIA INÊS ABADIO POMPEU, matrícula nº 3917, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato de cessão de direitos autorais nº 084/98, celebrado entre o Senado Federal e WALTER RAMOS DA COSTA PORTO.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de OUTUBRO de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 26/10/98

José Paulo Botelho Cebucci

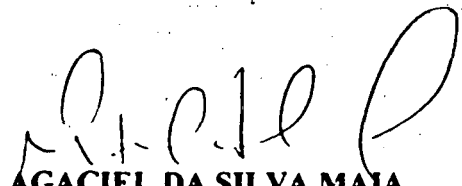
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.814, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012973/98-0,

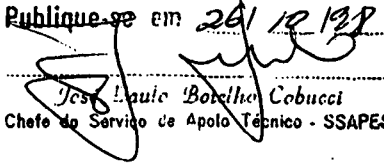
RESOLVE designar a servidora OZAILDE VIEIRA BARROS, matrícula 1743, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Segurança Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 01 de julho de 1998.

Senado Federal, 23 de outubro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 26/10/98


José Lauro Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

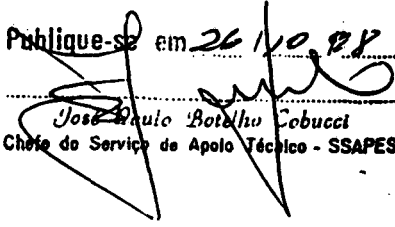
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.815, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012975/98-2,

RESOLVE dispensar a servidora **MARIA IGNEZ CAVALCANTI DE SOUZA**, matrícula 3510, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Wellington Roberto, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Segurança Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 28 de setembro de 1998.

Senado Federal, 26 de outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

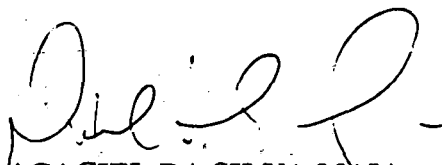
Publique-se em 26/10/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

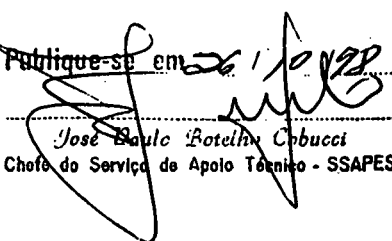
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.816, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012801/98-4,

RESOLVE dispensar o servidor **CARLOS CEZAR SOARES DA SILVA**, matrícula 4183, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Atividade Policial, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Segurança Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 01 de outubro de 1998.

Senado Federal, 26 de outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

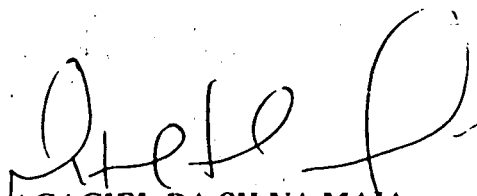
Publique-se em 26/10/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.817, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 013539/98-1,

RESOLVE dispensar a servidora **ROSA MARIA GONÇALVES VASCONCELOS**, matrícula 436, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 01 de setembro de 1998, e lotá-la na Subsecretaria de Arquivo a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares		Suplentes
	PFL	
1. Elcio Alvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocinio
3. Waldeck Ornelas (1)		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. (Vago)
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PSDB	
1. Lucio Alcântara		1. Jefferson Pères
2. (Vago)		2. José Ignácio Ferreira
	PPB (Ex-PPR + Ex-PP)	
1. Eptacio Cafeteira		1. Lucidio Portella
2. Osmar Dias		
	PTB	
1. Emilia Fernandes		1. Arlindo Porto
	PP	
1. Osmar Dias		1. Antonio Carlos Valadares
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. (Vago)		1. Sebastião Rocha
	Membro Nato	
	Romeu Tuma (Corregedor)	

(Atualizado em 13-4-98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7-4-98

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491. Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC -2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/74
JÓAO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
ZANETE CARDINAL	MT - 4064/65	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
SÉRGIO MACHADO	CE- 2281-82	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-VAGO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/02
		- PSB	
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO	

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 19/10/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA (3)	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-VAGO	
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
ZANETE CARDINAL	MT-4064/65	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- PEDRO SIMON	RS- 3230/31
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-VAGO (2)	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(3) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS. (*)

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 19/10/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL			
GUILHERME PALMEIRA (1)	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/15	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
FRANCISCO BENJAMIM	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 19/10/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS (2)	BA
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY (4)	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
VAGO (3)		2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 09/10/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY (3)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA (2)	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
PMDB			
JOSÉ SARNEY (3)	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

(2) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 09/10/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR ELÓI PORTELA

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	3- GUILHERME PALMEIRA (4)	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- WALDECK ORNELAS (1)	BA
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-ROME U TUMA	SP-2051/57
ELÓI PORTELA (cessão)	PI - 2131/37	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4- VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5-JOSÉ SARNEY (5)	AP-2351/52
RENAN CALHEIROS (2)	AL	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-VAGO (3)	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(4) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

(5) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)

FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 19/10/98

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
ZANETE CARDINAL	MT-4064/65	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
VAGO (2)			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-VAGO (3)	
PEDRO PIVA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 24/06/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- DJALMA BESSA	BA-2211/12
PMDB			
JOSÉ SAAD		1-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO (2)			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO (3)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16		
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude do falecimento do titular, 13.04.98.

(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519

SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 19/10/98

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA
PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
		PFL	
ZANETE CARDINAL	MT-4064/65	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
GILBERTO MIRANDA	AM-3104-05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
		PMDB	
JOSÉ SAAD	GO-3148/50	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
NEY SUASSUNA	PB-4345/46		
		PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43	2 - VAGO (1)	
		BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
EDUARDO SUPPLY-PT	SP-3215/16		
		PPB + PTB	
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55		

(1) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 25/06/98

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de Honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTE)

TITULARES	SUPLENTE
SENADORES	
PMDB	
1 - JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
2 - CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
1 - VILSON KLEINÜBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
2 - DJALMA BESSA	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
1 - LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
1 - LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
1 - JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT / PSB / PDT / PPS)	
1 - BENEDITA DA SILVA	1 - EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTE
DEPUTADOS	
PFL / PTB	
1 - PAULO BORNHAUSEN	1 - VALDOMIRO MEGER
2 - JOSÉ CARLOS ALELUIA	2 - BENITO GAMA
PMDB	
1 - EDISON ANDRINO	1 - CONFÚCIO MOURA
2 - GERMANO RIGOTTO	2 - ROBSON TUMA
PSDB	
1 - FRANCO MONTORO	1 - NELSON MARCHEZAN
2 - CELSO RUSSOMANO	2 - RENATO JOHNSON
PPB	
1 - JÚLIO REDECKER	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PT / PDT / PC do B	
1 - MIGUEL ROSSETO	1 - LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318-7436 318-7186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 318-2154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 5-5-97

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS